



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

Centro Administrativo Governador Virgílio Távora
Av. Gal. Afonso Albuquerque de Lima s/nº – Cambéa – Fortaleza – Ceará – CEP 60830-120
DDD (0**85) Telefone: 3207-7178 – <http://www.tjce.jus.br> – e-mail: corregedoria@tjce.jus.br

**Inspeção realizada na 23ª Vara Cível da Comarca de
Fortaleza /CE**

RELATÓRIO

**Portaria nº 10/2020/CGJCE
(DJe de 13/02/2020)**

**Corregedor Geral da Justiça:
Desembargador Teodoro Silva Santos**

**Juiz Corregedor Auxiliar:
Dr. Ernani Pires Paula Pessoa Júnior**

1 DA IDENTIFICAÇÃO DA INSPEÇÃO		
Processo	CPA 8500803-63.2020.8.06.0026	
Unidade	23ª Vara Cível da Comarca de Fortaleza	
Entrância	Entrância Final	
Endereço	Avenida Desembargador Floriano Benevides, nº 220 , Água Fria, Fortaleza (Fórum Clóvis Beviláqua)	
Período da Inspeção	26/03/2020 a 15/04/2020	
Portaria	10/2020, DJe de 13/02/2020	
2 DA JUÍZA – DADOS FUNCIONAIS E PESSOAIS		
Nome: Dra. Maria José Sousa Rosado de Alencar, Juíza de Direito do 1º Juizado Auxiliar das Varas Cíveis Comuns	Matrícula: 12063	
(X) Juíza de Direito () Juíza Substituta	() Titular (X) Respondendo () Auxiliando	
Exercício cumulativo: (X) Sim () Não	Quais? Núcleo de Produtividade Remota	
Ingresso na Magistratura: 26/05/1998	Ingresso na Vara: 02/07/2019	
A Juíza reside na Comarca?	(X) Sim () Não	
A Juíza exerce a função de Diretora do Fórum?	() Sim (X) Não	
A Juíza exerce outra função administrativa (CEJUSC, COMAN, Distribuição, Vice-Diretor)?	() Sim (X) Não	
A Juíza exerce a função de Juíza Eleitoral?	() Sim (X) Não	
A Juíza exerce a função de magistério?	() Sim (X) Não	
3 DO QUADRO DE PESSOAL		
3.1 ANALISTAS JUDICIÁRIOS	TOTAL	1
Simone Tavares de Paula		8815
3.2 JUÍZES LEIGOS	TOTAL	0
3.3 OFICIAIS DE JUSTIÇA	TOTAL	0
3.4 TÉCNICOS JUDICIÁRIOS	TOTAL	1
Francisco Régis Rodrigues Holanda		149
3.5 AUXILIARES JUDICIAIS	TOTAL	0
3.6 ESTAGIÁRIOS DE PÓS-GRADUAÇÃO	TOTAL	0
3.7 ESTAGIÁRIOS DE GRADUAÇÃO	TOTAL	3

Arnon Pedro Saraiva Leão Filgueiras		41706
Sarah Jéssika Feijó Rabelo Povoas		43905
Thalyanne da Silva Farias		42023
3.8 TERCEIRIZADOS	TOTAL	0
3.9 CEDIDOS	TOTAL	0
3.10 CARGOS EM COMISSÃO		
Francisco Régis Rodrigues Holanda	Supervisor de Unidade Judiciária	149
David César Gouveia Rodrigues	Assistente de Unidade Judiciária	5158
4 DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA		
Nome: Dr. Francisco Diassis Alves Leitão	(X) Titular () Respondendo	
5 DA DEFENSORIA PÚBLICA		
Nome: Dra. Rejane Rolim dos Santos	(X) Titular () Respondendo	
6 DA COMPETÊNCIA DA UNIDADE JUDICIÁRIA		
(X) Vara Cível Comum (Competência Residual) – Resolução TJCE nº 06/2017		
() Vara Cível Especializada nas Demandas em Massa		
7 DO ACERVO PROCESSUAL		
Acervo atual (relatório gerado em 15/04/2020 – SEI)		4570
Acervo na última inspeção realizada pela CGJ/CE		4505
Data da Inspeção: Novembro de 2019	Nº CPA: 8503525-07.2019.8.06.0026	
() Diminuiu (X) Aumentou	Diferença:	65
Tramitação Processual () Físico (X) Digital () Físico/Digital		
8 DA PRODUTIVIDADE		
DADOS DA MAGISTRADA		
8.1 Produtividade da magistrada nos últimos 12 meses – Fevereiro de 2019 a Janeiro de 2020		
Item	Quantidade Total	Média Mensal
Sentenças	3593	359,3
Acordos	242	24,2
Decisões	2820	282
Audiências	72	7,2
Despachos	5542	554,2
OBS.: A magistrada Maria José Sousa Rosado de Alencar esteve em gozo de férias nos períodos de 09/09/2019 a 28/09/2019, bem como de 07/01/2020 a 26/01/2020, motivo pelo qual foi computada a média de 10 meses trabalhados.		
DADOS DA UNIDADE		
8.2 Gestão de desempenho (Ano: 2020, Relatório gerado em 15/04/2020 – SEI)		

Processos novos		174
Processos pendentes de julgamento		4181
Processos julgados		253
Processos pendentes de baixa		4570
Processos baixados		134
8.3 Gestão do acervo (Mês: Abril – Ano: 2020, Relatório gerado em 15/04/2020 – SEI)		
Processos conclusos para Sentença		605
Processos julgados e não baixados		389
Processos Suspensos		609
Processos Reativados no mês		0
Processos Transitados no mês		8
Processos em grau de recurso no mês		7
Processos remetidos a outro foro no mês		0
Processos arquivados definitivamente no mês		24
Processos entrados no mês		18
Processos julgados no mês		40
8.4 Processos prioritários (Mês: Abril – Ano: 2020, Relatório gerado em 15/04/2020 – SEI)		
Idoso	Pendente de Julgamento	327
	Pendente de Baixa	412
Doença Grave	Pendente de Julgamento	24
	Pendente de Baixa	36
Cirurgia, Leito Hospitalar e Medicamentos	Pendente de Julgamento	2
	Pendente de Baixa	2
Menor	Pendente de Julgamento	1
	Pendente de Baixa	1
8.5 Processos paralisados há mais de 100 dias (Mês: Abril – Ano: 2020, Relatório gerado em 15/04/2020 – SEI)		
Quantidade dos processos conclusos paralisados entre 101 e 180 dias		331
Quantidade dos processos conclusos paralisados entre 181 e 360 dias		756
Quantidade dos processos conclusos paralisados há mais de 360 dias		1296
Total		2398
8.6 Gestão de Tempo e Qualidade (Mês: Abril – Ano: 2020, Relatório gerado em 15/04/2020 – SEI)		
Índice de processos com assunto cadastrado		90,18%
Índice de conformidade de classe (CNJ)		87,38%
9 DOS PROCESSOS JUDICIAIS (DADOS DO FORMULÁRIO ELETRÔNICO DE INSPEÇÃO ORDINÁRIA)		
9.1 VISÃO GERAL		
9.1.1 Processos Conclusos		
Para Despacho		1285
Para Decisão Interlocutória		158
9.1.1 Liminares Pendentes de Análise		
Quantidade de Liminares Pendentes de Análise		22
É feito algum controle em processos em que é postergada a apreciação de pedido liminar para período após a apresentação de manifestação pela parte requerida?		(X) Sim () Não
Como é feito esse controle? Após a juntada de contestação, os processos com pedido liminar pendente de apreciação são encaminhados à fila de decisão interlocutória no SAJPG.		

9.1.2 Custas Finais	
Há controle da cobrança das custas finais? (inclusive em processos arquivados)	() Sim (X) Não
OBS.: Unidade em fase inicial de apuração dos processos com custas remanescentes para implantação da cobrança.	
9.2 DOS PROCESSOS JUDICIAIS EM CURSO NA UNIDADE (DADOS DO FORMULÁRIO ELETRÔNICO DE INSPEÇÃO ORDINÁRIA)	
9.2.1 Processos Cíveis	
Mandados de Segurança	2
Ações Cíveis Públicas	11
Ações de improbidade administrativas	1
10 DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS (DADOS DO RELATÓRIO ESTATÍSTICO DA UNIDADE JUDICIÁRIA – FLS. 48/50)	
10.1 Processos com Representação	
1. 0397689-77.2010.8.06.0001 (CPA nº 8501358-85.2017.8.06.0026)	
2. 0119759-54.2016.8.06.0001 e 0699660-73.2000.8.06.0001 (CPA nº 8500956-33.2019.8.06.0026)	
11 DOS PROCEDIMENTOS (Mês: Abril /Ano: 2020, Relatório gerado em 15/04/2020 – SEI)	
11.1 Cartas Precatórias	
Pendentes	12
12 DAS AUDIÊNCIAS (DADOS DO RELATÓRIO ESTATÍSTICO DA UNIDADE JUDICIÁRIA – FLS. 48/50)	
12.1 Produtividade nos últimos 12 meses	
Total de audiências agendadas	146
Total de audiências realizadas	84
Audiências não realizadas	60
Audiências canceladas/redesignadas	2
Audiência designada com a data mais distante	14/05/20
12.2 Situação geral (DADOS DO FORMULÁRIO ELETRÔNICO DE INSPEÇÃO ORDINÁRIA)	
Processos aguardando a designação de audiências	201
Processos aguardando a realização de audiência	67
13 DO GERENCIAMENTO DA UNIDADE	
Gestão de Processo de Trabalho	
Como é feita a abertura de Malote Digital?	(X) servidor específico () revezamento
Como é feita a abertura de e-mail institucional?	(X) servidor específico () revezamento
Há uma rotina específica para a cobrança de cartas precatórias sem cumprimento?	() sim (X) não – Unidade efetiva cobrança de precatórias, por ofício, quando instado pelas partes.
Há uma rotina específica para cobrança de mandados pendentes de cumprimento?	(X) sim – Cobrança de mandados, por ofício, via malote digital e telefone. () não
14 PROCESSOS INSPECIONADOS	
14.1 PROCESSOS CONCLUSOS PARA DESPACHO	
Processos em andamento: 1281 (Fluxo de Trabalho – Sistema SAJPG, acessado em 07/04/2020)	
Processo	Movimentação
0171545-45.2013.8.06.0001	Vistos em inspeção. Ação Monitória ajuizada em 24/06/2013. Embargos monitorios ofertados em 14/05/2014. Processo paralisado desde então. À Juíza da Vara, para impulso oficial.

0146649-64.2015.8.06.0001	Vistos em inspeção. Ação Monitória ajuizada em 24/06/2013. A parte ré, citada em 24/06/2015, deixou de apresentar embargos monitórios, com certificação de decurso de prazo legal somente em 04/04/2016. Processo paralisado desde então, apesar dos diversos pedidos de prosseguimento do feito da parte requerente, a qual faleceu no curso do processo (habilitação de sucessora às fls. 27/28). À Juíza da Vara, para impulso oficial.
0026166-20.2006.8.06.0001	Vistos em inspeção. Ação de Indenização ajuizada em 04/10/2006 e ainda não julgada. Feito não instruído, encontrando-se concluso para despacho desde 18/02/2016. À Juíza da Vara, para impulso oficial.
0038409-30.2005.8.06.0001	Vistos em inspeção. Ação declaratória de nulidade de cláusula contratual c/c consignação em pagamento ajuizada em 29/06/2005 e ainda não julgada. Processo concluso para despacho desde 20/04/2016. À Juíza da Vara, para impulso oficial.
0040185-60.2008.8.06.0001	Vistos em inspeção. Ação declaratória c/c indenizatória ajuizada em 22/09/2008 e ainda não julgada. Feito não instruído, encontrando-se concluso para despacho desde 23/06/2016. À Juíza da Vara, para impulso oficial.
14.2 PROCESSOS CONCLUSOS PARA DECISÃO INTERLOCUTÓRIA	
Processos em andamento: 161 (Fluxo de Trabalho – Sistema SAJPG, acessado em 07/04/2020)	
Processo	Movimentação
0077807-13.2007.8.06.0001	Vistos em inspeção. Ação declaratória ajuizada em 28/09/2007 e ainda não julgada. Feito despachado em 10/09/2018, quando foi determinada a intimação das partes para manifestação sobre provas a produzir. Certificação do decurso de prazo em 06/12/2018, encontrando-se o feito concluso para decisão desde 10/01/2019. À Juíza da Vara, para impulso oficial.
0195536-11.2017.8.06.0001	Vistos em inspeção. Ação declaratória c/c indenizatória ajuizada em 19/12/2017. Processo contestado em 06/12/2018 e replicado 08/01/2019, encontrando-se concluso para decisão desde 11/01/2019. À Juíza da Vara, para impulso oficial.
0103710-30.2019.8.06.0001	Vistos em inspeção. Ação de busca e apreensão ajuizada em 18/01/2019. Deferimento do pedido liminar em 11/07/2019. Mandado de busca e apreensão não cumprido, em virtude de o veículo não ter sido encontrado pelo Oficial de Justiça, porquanto, segundo o réu, houve o repasse do veículo à pessoa de Matheus Ronielly Peres Rocha (fl. 53). Feito paralisado desde a juntada aos autos da mencionada certidão do Oficial de Justiça, em 10/08/2019. À Juíza da Vara, para impulso oficial.

0142137-67.2017.8.06.0001	Vistos em inspeção. Ação de rescisão contratual c/c indenização ajuizada em 07/06/2017. Processo contestado em 22/08/2017. O feito só veio a ser novamente movimentado em 06/11/2018, quando da abertura de prazo para replica à contestação. Certificação do decurso de prazo em 04/02/2019, encontrando-se o feito concluso para decisão desde então. À Juíza da Vara, para impulso oficial.
0914609-30.2014.8.06.0001	Vistos em inspeção. Ação de consignação em pagamento c/c/c obrigação de fazer e indenização ajuizada em 02/12/2014. Processo contestado em 26/03/2015 e replicado 05/10/2018, encontrando-se concluso para decisão desde março de 2019, após manifestação das partes sobre a possibilidade de acordo e provas a produzir. À Juíza da Vara, para impulso oficial.

14.3 PROCESSOS CONCLUSOS PARA SENTENÇA

Processos em andamento: **698, segundo dados extraídos do SEI – relatório gerado em 07/04/2020.**

Processo	Movimentação
0175284-60.2012.8.06.0001	Vistos em inspeção. Ação declaratória c/c indenizatória ajuizada em 25/07/2012. Anunciado o julgamento antecipado da lide em 31/07/2014, encontrando-se o feito concluso para sentença desde 05/03/2015. À Juíza da Vara, para julgamento do feito.
0141158-86.2009.8.06.0001	Vistos em inspeção. Ação de desconstituição de relação jurídica c/c indenização ajuizada em 17/12/2009. Processo concluso para sentença desde 27/10/2015. À Juíza da Vara, para julgamento do feito.
0105211-39.2007.8.06.0001	Vistos em inspeção. Ação anulatória ajuizada em 07/12/2007. Processo concluso para sentença desde 16/11/2015. À Juíza da Vara, para julgamento do feito.
0565626-64.2000.8.06.0001	Vistos em inspeção. Ação de cobrança ajuizada em 20/09/2001. Anunciado o julgamento antecipado da lide em 14/04/2003, encontrando-se o feito concluso para sentença desde 22/05/2003, com sucessivas renovações de conclusão, sendo a última em 22/11/2015. À Juíza da Vara, para julgamento do feito.
0589975-34.2000.8.06.0001	Vistos em inspeção. Ação declaratória ajuizada em 25/02/2002. Anunciado o julgamento antecipado da lide em 04/11/2002, encontrando-se o feito concluso para sentença desde 03/12/2002, com sucessivas renovações de conclusão, sendo a última em 08/12/2015. À Juíza da Vara, para julgamento do feito.

14.4 PROCESSOS CONCLUSOS – DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA

Processos em andamento: **200 (Fluxo de Trabalho – Sistema SAJPG, acessado em 07/04/2020)**

Processo	Movimentação
0472755-15.2000.8.06.0001	Vistos em inspeção. Ação ordinária ajuizada em 20/03/2000. Feito não instruído, aguardando designação de data do ato audiencial desde o ano de 2010 (fls. 165/166). À Juíza da Vara, para impulso oficial.

0471898-66.2000.8.06.0001	Vistos em inspeção. Ação de indenização ajuizada em 16/03/2000. Feito não instruído, aguardando designação de data do ato audiencial desde o ano de 2014 (fls. 665/666). À Juíza da Vara, para impulso oficial.
0048491-76.2012.8.06.0001	Vistos em inspeção. Ação de obrigação de fazer ajuizada em 03/12/2012. Feito não instruído, aguardando designação de data do ato audiencial desde o ano de 2017 (fl. 48). À Juíza da Vara, para impulso oficial.
0017867-20.2007.8.06.0001	Vistos em inspeção. Ação de despejo ajuizada em 09/03/2007. Audiência de conciliação em 10/09/2009 não realizada, encontrando-se o feito aguardando designação de nova data para realização do ato audiencial desde o ano de 2017. À Juíza da Vara, para impulso oficial.
0547645-02.2012.8.06.0001	Vistos em inspeção. Ação de usucapião ajuizada em 15/02/2012. Feito não instruído, aguardando designação de data do ato audiencial desde o ano de 2018 (fl. 355). À Juíza da Vara, para impulso oficial.

14.5 PROCESSOS AGUARDANDO REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA

Processos em andamento: **313 (Fluxo de Trabalho – Sistema SAJPG, acessado em 07/04/2020)**

Processo	Movimentação
0050010-86.2012.8.06.0001	Vistos em inspeção. Ação de indenização ajuizada em 07/12/2012. Processo contestado em 30/03/2016 e replicado 05/07/2018, aguardando a realização de audiência de conciliação designada para o dia 21/05/2020.
0175663-64.2013.8.06.0001	Vistos em inspeção. Ação de indenização ajuizada em 08/07/2013. Processo contestado em 09/07/2014 e replicado 29/01/2016, aguardando a realização de audiência de instrução designada para o dia 17/06/2020.
0904598-10.2012.8.06.0001	Vistos em inspeção. Ação de rescisão contratual ajuizada em 18/04/2012. Processo contestado em 31/10/2012 e replicado 07/12/2012, aguardando a realização de audiência de conciliação designada para o dia 25/05/2020.
0547879-81.2012.8.06.0001	Vistos em inspeção. Ação de consignação em pagamento ajuizada em 14/02/2012. Processo contestado em 07/05/2012 e replicado 07/12/2012, aguardando a realização de audiência de conciliação designada para o dia 25/05/2020.
0114754-51.2016.8.06.0001	Vistos em inspeção. Ação declaratória c/c indenizatória ajuizada em 24/02/2016. Processo contestado em 30/03/2016 e replicado 14/04/2016, aguardando a realização de audiência de conciliação designada para o dia 19/05/2020.

14.6 CARTAS PRECATÓRIAS

Processos em andamento: **12, segundo dados extraídos do SEI – relatório gerado em 07/04/2020.**

Processo	Movimentação
-----------------	---------------------

0052769-76.2019.8.06.0001	Vistos em inspeção. Carta precatória distribuída em 20/01/2020, com a finalidade de citação da parte ré para apresentar defesa no prazo legal. Ordenado o cumprimento do ato deprecado em 24/01/2020. Processo aguardando a devolução da missiva desde o dia 26/02/2020, quando da juntada da certidão do Oficial de Justiça (ato deprecado cumprido). À Secretaria Judiciária de 1º Grau, para a devolução da mencionada carta (fl. 46).
0041063-96.2019.8.06.0001	Vistos em inspeção. Carta precatória distribuída em 03/10/2019, com a finalidade de intimação de empresa, na pessoa de seu representante legal, para intervir no processo como assistente litisconsorcial do alienante/cedente. Ordenado o cumprimento do ato deprecado em 29/10/2019. Processo aguardando o cumprimento e a devolução do mandado intimatório desde o dia 08/12/2019. Recomenda-se o efetivo acompanhamento do cumprimento do ato deprecado, visando a devolução da carta, inclusive, se for o caso, oficiando à Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua para apuração de responsabilidade disciplinar com relação a Oficiala de Justiça.
0012052-85.2020.8.06.0001	Vistos em inspeção. Carta precatória distribuída em 12/02/2020, com a finalidade de citação da parte ré para ofertar contestação e intimação do inteiro teor de decisão. Ordenado o cumprimento do ato deprecado em 20/02/2020. Processo aguardando o cumprimento e a devolução do mandado citatório/intimatório desde o dia 21/02/2020. Recomenda-se o efetivo acompanhamento do cumprimento do ato deprecado, visando a devolução da carta.
0011621-51.2020.8.06.0001	Vistos em inspeção. Carta precatória distribuída em 10/02/2020, com a finalidade de citação da empresa ré, na pessoa de seu representante legal, para pagamento de dívida. Ordenado o cumprimento do ato deprecado em 11/02/2020. Certidão do Oficial de Justiça juntada aos autos em 21/03/2020, extraindo-se da mesma que a empresa ré não funciona no endereço constante do mandado. À Juíza da Vara, para impulso oficial.
0012989-95.2020.8.06.0001	Vistos em inspeção. Carta precatória distribuída em 17/02/2020, com a finalidade de citação da parte ré para pagamento de dívida. Ordenado o cumprimento do ato deprecado em 21/02/2020. Certidão do Oficial de Justiça juntada aos autos em 22/03/2020, extraindo-se da mesma que o réu não reside no endereço constante do mandado. À Juíza da Vara, para impulso oficial.
14.7 PROCESSOS VINCULADOS AO ESTATUTO DO IDOSO	
Processos em andamento: 411, segundo dados extraídos do SEI – relatório gerado em 07/04/2020.	
Processo	Movimentação

0015782-46.2016.8.06.0001	Vistos em inspeção. Impugnação ao cumprimento de sentença ajuizada em 03/02/2016. Manifestação à impugnação ofertada em 17/03/2016. Cálculos da Contadoria do Fórum apresentados em 23/10/2017, estando o feito paralisado desde o ano de 2018, após manifestação das partes sobre os mencionados cálculos. À Juíza da Vara, para impulso oficial.
0142406-09.2017.8.06.0001	Vistos em inspeção. Ação de despejo ajuizada em 08/06/2017. Feito contestado em 28/07/2017. Processo movimentado em 31/10/2019, quando foi convertido o julgamento em diligência, determinando-se a intimação das partes para manifestação. À Secretaria Judiciária de 1º Grau para as intimações devidas.
0159187-09.2017.8.06.0001	Vistos em inspeção. Ação de indenização ajuizada em 09/08/2017. Feito contestado em 16/10/2017 e replicado em 16/04/2018. Audiência de conciliação realizada em 22/08/2018, não havendo composição entre as partes. Processo concluso desde o ano de 2018, após manifestação das partes sobre as provas a produzir. À Juíza da Vara, para impulso oficial.
0110579-79.2019.8.06.0001	Vistos em inspeção. Ação declaratória c/c indenizatória ajuizada em 14/02/2019. Feito contestado em 11/04/2019 e replicado em 10/05/2019. Processo movimentado em 13/05/2019, quando foi determinada a intimação das partes sobre a possibilidade de acordo e provas a produzir. Manifestação apresentada pela parte ré em 29/05/2019. À Juíza da Vara, para impulso oficial.
0138922-49.2018.8.06.0001	Vistos em inspeção. Ação anulatória c/c indenizatória ajuizada em 11/06/2018. Feito contestado em 08/08/2018. Processo movimentado em 23/10/2018, quando foi determinada a intimação das partes sobre a possibilidade de acordo e provas a produzir. Manifestação apresentada pela parte ré em 08/11/2018. À Juíza da Vara, para impulso oficial.
14.8 PROCESSOS INSERIDOS EM META 2, DO CNJ	
Processos em andamento: 1771, segundo dados extraídos do SPROC – Dezembro/2019	
Processo	Movimentação
0009496-96.2009.8.06.0001	Vistos em inspeção. Ação de busca e apreensão ajuizada em 28/01/2009 e ainda não julgada. Processo paralisado desde o ano de 2016. Recomenda-se à Juíza da Vara que imprima celeridade no julgamento do feito, visando o cumprimento da Meta 2 do CNJ.
0068899-35.2005.8.06.0001	Vistos em inspeção. Ação ordinária ajuizada em 24/10/2005 e ainda não julgada. Processo paralisado desde o ano de 2016. Recomenda-se à Juíza da Vara que imprima celeridade no julgamento do feito, visando o cumprimento da Meta 2 do CNJ.

0022246-96.2010.8.06.0001	Vistos em inspeção. Ação de alienação judicial de coisa comum indivisível ajuizada em 11/03/2010 e ainda não julgada. Processo paralisado desde o ano de 2017. Recomenda-se à Juíza da Vara que imprima celeridade no julgamento do feito, visando o cumprimento da Meta 2 do CNJ.
0469868-09.2010.8.06.0001	Vistos em inspeção. Ação ordinária ajuizada em 24/09/2010 e ainda não julgada. Processo concluso para despacho desde 13/10/2017. Recomenda-se à Juíza da Vara que imprima celeridade no julgamento do feito, visando o cumprimento da Meta 2 do CNJ.
0460038-82.2011.8.06.0001	Vistos em inspeção. Ação de obrigação de fazer c/c indenizatória ajuizada em 15/02/2011 e ainda não julgada. Processo concluso para despacho desde 13/10/2017. Recomenda-se à Juíza da Vara que imprima celeridade no julgamento do feito, visando o cumprimento da Meta 2 do CNJ.
14.9 PROCESSOS INSERIDOS EM META 6, DO CNJ	
Processos em andamento: 4, segundo dados extraídos do SPROC – Dezembro/2019	
Processo	Movimentação
0017879-63.2009.8.06.0001	Vistos em inspeção. Ação civil pública ajuizada em 26/02/2009 e ainda não julgada. Processo impulsionado em 06/02/2020. Recomenda-se à Juíza da Vara que imprima celeridade no processamento do feito, visando o cumprimento da Meta 6 do CNJ.
0131049-66.2016.8.06.0001	Vistos em inspeção. Ação civil pública ajuizada em 27/04/2016 e ainda não julgada. Processo impulsionado em 11/03/2020. Recomenda-se à Juíza da Vara que imprima celeridade no processamento do feito, visando o cumprimento da Meta 6 do CNJ.
0184352-92.2016.8.06.0001	Vistos em inspeção. Ação civil pública ajuizada em 17/11/2016 e ainda não julgada. Processo impulsionado em 03/03/2020. Recomenda-se à Juíza da Vara que imprima celeridade no processamento do feito, visando o cumprimento da Meta 6 do CNJ.
0511837-67.2011.8.06.0001	Vistos em inspeção. Ação civil pública ajuizada em 21/10/2011 e ainda não julgada. Processo impulsionado em 03/03/2020. Recomenda-se à Juíza da Vara que imprima celeridade no processamento do feito, visando o cumprimento da Meta 6 do CNJ.
14.10 PROCESSOS SEM MOVIMENTAÇÃO HÁ MAIS DE 100 DIAS	
Processos em andamento: 2496, segundo dados extraídos do SEI – relatório gerado em 07/04/2020.	
Processo	Movimentação
0183057-25.2013.8.06.0001	Vistos em inspeção. Ação de indenização ajuizada em 05/08/2013. Processo contestado em 10/03/2014 e replicado 14/11/2014. Audiência de conciliação realizada em 10/08/2018, não havendo composição entre as partes. Processo concluso desde 31/10/2018, após manifestação das partes sobre as provas a produzir. À Juíza da Vara, para impulso oficial.

0911326-67.2012.8.06.0001	Vistos em inspeção. Ação ordinária ajuizada em 29/05/2012. Anunciado o julgamento antecipado da lide em 15/06/2018, encontrando-se o feito concluso para sentença desde 31/08/2018, havendo nos autos petição da parte ré rogando pela extinção do feito, em razão do falecimento da parte autora e ausência de regulação do polo ativo. À Juíza da Vara, para julgamento do feito.
0181251-81.2015.8.06.0001	Vistos em inspeção. Ação ordinária ajuizada em 10/08/2015. Anunciado o julgamento antecipado da lide em 12/03/2018, encontrando-se o feito concluso para sentença desde 31/08/2018. À Juíza da Vara, para julgamento do feito.
0188667-66.2016.8.06.0001	Vistos em inspeção. Ação monitória ajuizada em 02/12/2016. Embargos monitórios ofertados em 01/08/2017 e impugnados em 15/02/2018. Processo paralisado desde o ano de 2018, após manifestação das partes sobre as provas a produzir. À Juíza da Vara, para impulso oficial.
0018228-32.2010.8.06.0001	Vistos em inspeção. Ação de adjudicação compulsória ajuizada em 04/03/2010. Processo contestado em 10/04/2017 e replicado 27/06/2017. Feito despachado em 12/03/2018, quando foi determinada a intimação das partes para manifestação sobre provas a produzir. Certificação do decurso de prazo em 06/08/2018, encontrando-se o feito concluso para sentença desde 31/08/2018. À Juíza da Vara, para julgamento do feito.

15 AVALIAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE METAS

15.1 Taxa de Congestionamento (Meta para 2020: 68,40%)

Na última inspeção realizada pela CGJ/CE	Não informado em relatório
2017	86,11%
2018	85,20%
2019	84,92%
2020	86,90%

15.2 Índice de Atendimento à demanda – IAD (Meta para 2019: 124%)

2017	55,71%
2018	79,96%
2019	100,38%
2020	77,01%

15.3 Meta 1 (Meta para 2019 > 100%)

2017	48,69%
2018	68,57%
2019	89,10%
2020	145,40%

15.4 Meta 2 (Meta para 2019: 80%)

Total de Processos em Janeiro/2019	2061
Total de processos pendentes de julgamento em Dezembro/2019 (conforme listas anexas)	1771
Total de processos julgados	290
2019 – Percentual de Atingimento	14%

15.5 Meta 6 (Meta para 2019: 60%)

Total de Processos em Janeiro/2019	4
Total de processos pendentes de julgamento em Dezembro/2019 (conforme listas anexas)	4
Total de processos julgados	0
2019 – Percentual de Atingimento	0%
15.6 Conciliação	
Quantidade de Audiências de Conciliação realizadas em 2018	119
Quantidade de Audiências de Conciliação realizadas em 2019	85
16 DA VIDEOCONFERÊNCIA	
Possui estrutura (câmera e sistema) para realização da videoconferência:	() Sim (X) Não
Possui sala específica para a videoconferência?	() Sim (X) Não
Cadastro no SIMAVI foi realizado:	() Sim (X) Não
Já realizou audiência por videoconferência:	() Sim (X) Não
17 RECLAMAÇÕES	
NÃO FORAM REGISTRADAS RECLAMAÇÕES.	
18 RECOMENDAÇÕES	
<p>I) Cumprir a Meta 1, do CNJ, no ano de 2020 (julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente, excluídos os suspensos e sobrestados no ano corrente), atualmente no percentual de 145,40% (Relatório gerado em 15/04/2020 – SEI), uma vez que a Unidade apresentou baixos índices de atendimento nos três últimos anos (2017: 48,69%, 2018: 68,57% e 2019: 89,10%).</p>	
<p>II) Cumprir a Meta 2, do CNJ, no ano de 2020 (identificar e julgar até 31/12/2020, pelo menos, 80% dos processos distribuídos até 31/12/2016), uma vez que a Unidade apresentou o baixo percentual de atingimento de 14% no ano de 2019, conforme relatório estatístico de fls. 48/50.</p>	
<p>III) Cumprir a Meta 6, do CNJ, no ano de 2020 (até 31/12/2020, pelo menos, 60% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2017), porquanto a Unidade apresentou percentual de atingimento <u>zero</u> no ano de 2019, conforme relatório estatístico de fls. 48/50.</p>	
<p>IV) Procurar reduzir, <u>no prazo de 90 dias</u>, a taxa de congestionamento da Unidade, a qual atualmente encontra-se em percentual de <u>86,90%</u> (Relatório gerado em 15/04/2020 – SEI), visando o atendimento da Meta para 2020. Observou-se que a Unidade não atendeu a Meta de 2019, que era de 70,80%, porquanto ao final do ano apresentou o percentual de <u>84,92%</u>.</p>	
<p>V) Procurar aumentar, <u>no prazo de 90 dias</u>, o Índice de Atendimento à Demanda da Unidade, o qual atualmente encontra-se em percentual de <u>77,01%</u> (Relatório gerado em 15/04/2020 – SEI), visando o atendimento da Meta para 2020. Observou-se que a Unidade não atendeu a Meta de 2019 que era de 124%, porquanto ao final do ano</p>	

apresentou o percentual de 100,38%.

VI) Providenciar, no prazo de 90 dias, a baixa dos processos julgados e não baixados, já que, conforme os dados obtidos do sistema SEI (Relatório gerado em 15/04/2020), existem 389 processos em tal situação em abril de 2020.

VII) Procurar a magistrada, no prazo de 90 dias, movimentar todos os processos atualmente paralisados há mais de 100 dias (2383 feitos), conforme os dados obtidos do sistema SEI (Relatório gerado em 15/04/2020).

VIII) Procurar a magistrada, no prazo de 90 dias, impulsionar os processos atualmente conclusos (1254 para despacho, 167 para decisão e 605 para sentença – Dados extraídos dos Sistemas SEI e SAJPG em 15/04/2020), mormente porque detectou-se morosidade nos feitos analisados, consoante planilhamento supra.

IX) Procurar a magistrada, no prazo de 90 dias, dar andamento aos feitos redistribuídos em razão da especialização de outras varas e que ainda não foram movimentados desde que foram recebidos pela 23ª Vara Cível.

X) Dispensar a necessária atenção aos feitos mais antigos da Unidade, visando o encerramento dos mesmos.

XI) Dispensar maior atenção nas causas vinculadas ao Estatuto do Idoso, as quais possuem prioridade legal na tramitação processual, já que detectou-se morosidade nos feitos analisados, consoante planilhamento supra, observando-se que há ações paralisadas desde o ano de 2018 (processos nºs 0015782-46.2016.8.06.0001, 0159187-09.2017.8.06.0001 e 0138922-49.2018.8.06.0001), devendo, ainda, no prazo de 90 dias, reduzir o número de ações dessa natureza em andamento na Unidade (conforme os dados coletados tramitam 412 ações vinculadas ao Estatuto do Idoso no Juízo inspecionado – Relatório SEI gerado em 15/04/2020).

XII) Fazer varredura, a critério da Juíza da Vara, nas filas de trabalho do SAJPG, visando a designação das audiências nos processos que aguardam o (re)agendamento dos atos, já que, consoante planilhamento supra, detectou-se ações paralisadas há vários anos aguardando a designação/realização de audiência.

XIII) Cadastrar 100% do acervo quanto à classe e ao assunto, utilizando o painel gestão de tempo e qualidade do sistema SEI, uma vez que a Unidade apresenta o índice de 90,18% de processos com assunto cadastrado e 87,38% de conformidade de classe de acordo com o CNJ, observando-se que os atos judiciais exarados nos processos sem assunto cadastrado não repercutem na produtividade do Juiz.

XIV) Cumprir o Provimento CGJCE nº 01/2019, que define os atos ordinatórios a serem praticados de ofício pelas Secretarias das Unidades Judiciais para efetividade do disposto no art. 93, inciso XIV, da Constituição Federal, c/c o artigo 203, § 4º, do Código de Processo Civil, bem como a Portaria TJCE nº 1044/2019 (DJe de 01/07/2019), a qual disciplina as atribuições dos Gabinetes das Varas atendidos pela Secretaria Judiciária – SEJUD, visando o desafogamento dos processos conclusos, alguns dos quais aguardando atos de mero expediente sem caráter decisório.

XV) Elaborar e executar um plano de trabalho/gestão processual, visando, no prazo de 90 dias, regularizar a prestação jurisdicional, utilizando o Sistema SEI para acompanhamento do número de entrada de novos processos, do acervo pendente de impulso e diversos outros dados, em cortes temporais selecionáveis, bem como para identificação da fase processual que apresenta gargalos, viabilizando, assim, a tomada de decisões estratégicas, com ênfase na redução do acervo e da taxa de congestionamento, movimentação dos feitos paralisados, mormente os relativos à Meta 2, do CNJ.

XVI) Melhorar a produtividade na Unidade, uma vez que os atos realizados pela magistrada nos meses de trabalho na respondência do módulo – Julho de 2019 a Janeiro de 2020 (345 sentenças, 80 acordos, 477 decisões, 62 audiências e 1704 despachos), são insatisfatórios em relação ao seu acervo de processos (4570 feitos), devendo ainda estabelecer meta de produtividade a ser cumprida no Gabinete, mormente porque há expressiva quantidade de feitos aguardando deliberação judicial, a saber, 1254 processos conclusos para despacho, 167 conclusos para decisão interlocutória e 605 conclusos para sentença.

XVII) Apreciar, no prazo de 90 dias, as liminares atualmente pendentes de análise, uma vez que, conforme informações do Formulário Eletrônico de Inspeção Ordinária apresentado pela Unidade, existem 22 pleitos dessa natureza aguardando deliberação judicial.

XVIII) Providenciar o controle da cobrança das custas finais dos processos onde não há deferimento da gratuidade judiciária, uma vez que, conforme informações do Formulário Eletrônico de Inspeção Ordinária apresentado pela Unidade, não é feito esse controle.

XIX) Realizar rotina, a critério da Juíza da Vara, para cobrança das cartas precatórias encaminhadas a outros juízos, uma vez que, conforme informações do Formulário Eletrônico de Inspeção Ordinária apresentado pela Unidade, essa cobrança só é feita quando há pedido das partes nesse sentido.

XX) Cumprir, no prazo de 90 dias, as recomendações pontuadas nos processos Inspeccionados.

19 CONCLUSÃO

Os trabalhos inspeccionais e os dados estatísticos permitiram o exame da Unidade fiscalizada, o que foi bastante para a formação de um diagnóstico acerca do desenvolvimento das atividades jurisdicionais.

A inspeção realizada na 23ª Vara Cível da Comarca de Fortaleza revelou a existência de atraso na prestação jurisdicional e de expressivo acervo processual (**4.570** feitos pendentes de baixa, dos quais **4.181** pendentes de julgamento – dados extraídos do Sistema SEI no dia 15/04/2020), inclusive com aumento de **65** processos, em relação aos números da última inspeção realizada pela Corregedoria Geral da Justiça, em novembro de 2019 (processo nº 8503525-07.2019.8.06.0026).

Com efeito, verificou-se na presente inspeção a ocorrência de: *I – 2398 processos paralisados há mais de 100 dias (52,47% do acervo); II – 1254 processos conclusos para despacho, 167 para decisão interlocutória e 605 processos conclusos para sentença; III – não atingimento da Meta 1, do CNJ, nos anos de 2017, 2018 e 2019 (percentuais de 48,69%, 68,57% e 89,10%, respectivamente); IV – baixos índices de atendimento das Metas 2 e 6, do CNJ, no ano de 2019 (14% e 0%, respectivamente), salientando-se que 25,62% do acervo (1.171 feitos) é composto por processos inseridos em Meta 2, do CNJ (Dados referentes a Dezembro de 2019); V – taxa de congestionamento elevada (86,90%) e não atendimento da meta de 70,80% estipulada para o ano de 2019 (84,92%); VI – índice de atendimento à demanda baixo (77,01%) e não atendimento da meta de 124% estipulada para o ano de 2019 (100,38%); VII – 389 processos julgados e não baixados; e VIII – tramitação morosa dos processos, inclusive os redistribuídos em razão da especialização de outras varas e que ainda não foram movimentados desde que foram recebidos pela 23ª Vara Cível, mesmo aqueles com prioridade legal (vinculados ao Estatuto do Idoso) e inseridos nas Metas do CNJ.*

Atualmente o serviço judiciário na 23ª Vara Cível da Capital é desempenhado pela magistrada Maria José Sousa Rosado de Alencar (**exercício em 02/07/2019**), a qual responde pela

Unidade, durante vacância, após a aposentadoria compulsória do Dr. José Barreto de Carvalho Filho (Portaria TJCE nº 1257/2019, DJe de 08/08/2019).

A Dra. Maria José Sousa Rosado de Alencar, Juíza de Direito do 1º Juizado Auxiliar das Varas Cíveis Comuns, apresentou, nos meses de trabalho na Unidade (Julho/2019 a Janeiro/2020), **regular** produtividade em relação ao seu acervo de processos (**4570** feitos, dos quais **605** conclusos para sentença), porquanto **prolatou 345 julgamentos, 477 decisões interlocutórias e 1704 despachos, homologando 80 acordos, além de realizar 62 audiências no período.**

É bem verdade que a Unidade vem cumprindo a Meta 1, do CNJ, no ano corrente, com o percentual de **145,40%** (Relatório gerado em 15/04/2020 – SEI), entretanto, é de se destacar que o Núcleo de Produtividade Remota foi designado para atuação na 23ª Vara Cível de Fortaleza, no período de 1 a 29/02/2020 (Portaria TJCE nº 163/2020, DJe de 30/01/2020), sendo certo que atuação do referido grupo contribuiu para o mencionado atendimento.

Por outro lado, não se pode creditar aqui o atraso processual constatado na 23ª Vara Cível da Comarca de Fortaleza à exclusiva responsabilidade da Dra. Maria José Sousa Rosado de Alencar, uma vez que apenas responde pelo módulo inspecionado há pouco mais de 9 (nove) meses (exercício em **02/07/2019**), após a aposentadoria compulsória do Juiz Titular.

Importante, ainda, consignar que não foi possível realizar a inspeção de forma presencial, uma vez que a Organização Mundial da Saúde – OMS declarou pandemia pelo Coronavírus (COVID-19) no dia 11 de março de 2020, sendo instituído, por este motivo, de forma excepcional, o regime de teletrabalho no âmbito do Poder Judiciário Cearense (Portaria nº 497/2020, DJe de 16/03/2020), ante a necessidade de conter a propagação de infecção e transmissão local e preservação da saúde de magistrados, servidores, estagiários, terceirizados e jurisdicionados em geral.

Por tal razão, fez-se análise, no período de 23/03/2020 a 15/04/2020, da produtividade remota da Vara inspecionada, constatando-se boa prestação jurisdicional no regime de teletrabalho: **91 julgamentos, 48 baixas, 55 decisões e 355 despachos.**

Vê-se, portanto, que as falhas detectadas neste ato inpecional poderão ser solucionadas com a implementação das recomendações lançadas e execução de plano de trabalho/gestão processual a ser executado pela Dra. Maria José Sousa Rosado de Alencar, para regularização da prestação jurisdicional da Unidade.

É certo que a magistrada e sua equipe de servidores estão procurando garantir o regular desempenho dos serviços judicantes na Unidade, devendo sanar os atrasos verificados na tramitação dos processos na forma ora indicada.

Noutra vertente, forçoso o monitoramento da 23ª Vara Cível de Fortaleza, mediante avaliação mensal da prestação jurisdicional do módulo, principalmente em relação à diminuição do acervo, aumento da produtividade da Magistrada, cumprimento das Metas do CNJ e movimentação dos feitos paralisados há mais de 100 dias.

Portanto, **sugere-se** a Vossa Excelência que determine à Coordenadoria de Correição e Monitoramento das Unidades Judiciárias deste Órgão Censor o acompanhamento da 23ª Vara Cível da Comarca de Fortaleza, **pelo período de 90 dias**, com avaliação mensal dos dados relativos **ao acervo, produtividade da Magistrada, cumprimento das metas 1, 2 e 6, do CNJ, taxa de congestionamento, índice de atendimento à demanda e movimentação dos feitos paralisados há mais de 100 dias**, bem assim a respeito do cumprimento das recomendações efetivadas neste relatório.

Por fim, foi entregue cópia deste relatório, para fins de ciência/cumprimento das recomendações realizadas.

É o relato, que ora se submete à apreciação de Vossa Excelência.

Fortaleza/CE, 20 de abril de 2020.

ERNANI PIRES PAULA PESSOA JÚNIOR
Juiz Corregedor Auxiliar